

Índios querem direitos sobre flora brasileira

Em carta enviada à ONU, eles pedem fim da biopirataria e proteção internacional para conhecimento indígena

Marcelo Sayão

Martha Beck e Roberta Jansen

• RIO e BRASÍLIA. Representantes de tribos brasileiras querem que sejam adotados mecanismos internacionais para evitar que laboratórios multinacionais se apropriem de matérias-primas da flora nacional e conhecimentos tradicionais de nações indígenas. Num encontro inédito, 23 pajés se reuniram com representantes do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) no fim do ano passado para elaborar uma carta pedindo que as empresas sejam obrigadas a remunerar estas comunidades quando fizerem pesquisas com seus conhecimentos e plantas.

O documento foi entregue ao comitê intergovernamental da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), agência da Organização das Nações Unidas (ONU).

Segundo o INPI, nos últimos cinco anos, 97% das quatro mil solicitações de patentes feitas no país vieram de empresas estrangeiras que fizeram pesquisas utilizando plantas, fungos e microorganismos desenvolvidos com os conhecimentos indígenas. O problema é que estes produtos têm sido comercializados sem qualquer contrapartida às comunidades locais. Já o Brasil, apesar de ter a maior diversidade biológica do planeta, foi responsável por apenas 3% do total de pedidos de patentes.

Carta à ONU pede reconhecimento do saber

"Como povos indígenas tradicionais que habitam diversos ecossistemas, temos conhecimento sobre o manejo e o uso sustentável desta diversidade biológica. Este conhecimento é coletivo e não é uma mercadoria que se pode comercializar como qualquer objeto no mercado", afirma a carta dos pajés. Os índios informam ainda que seus conhecimentos estão sendo roubados. "Como representantes indígenas, afirmamos nossa oposição a toda forma de patenteamento que provenha da utilização de conhecimentos tradicionais e solicitamos a criação de mecanismos de punição para coibir o furto de nossa biodiversidade", diz o documento.

— Temos que fazer um registro para garantir os direitos dos pajés — afirmou o índio Itambé Pataxó, que vende produtos até mesmo para o tratamento do câncer em sua aldeia em Porto Seguro.

— Queremos, antes de mais nada, fazer um banco de dados sobre os conhecimentos tradicionais e as plantas, e garantir o reconhecimento internacional de que o saber indígena é importante — acres-

centou o índio Marcos Terena, coordenador geral dos direitos indígenas da Fundação Nacional do Índio (Funai), que representa os índios nas discussões junto à ONU.

Patente da planta espinheira santa é japonesa

A patente de um medicamento feito a partir da planta espinheira santa, utilizada tradicionalmente no Brasil para o tratamento de problemas estomacais, por exemplo, pertence ao laboratório japonês Nippon Mektron Japan. Outro exemplo é o curare, substância usada pelos índios durante a caça para imobilizar suas presas, que revolucionou as técnicas de anestesia cirúrgica. Os índios querem direitos sobre as patentes dos produtos feitos a partir dessas espécies.

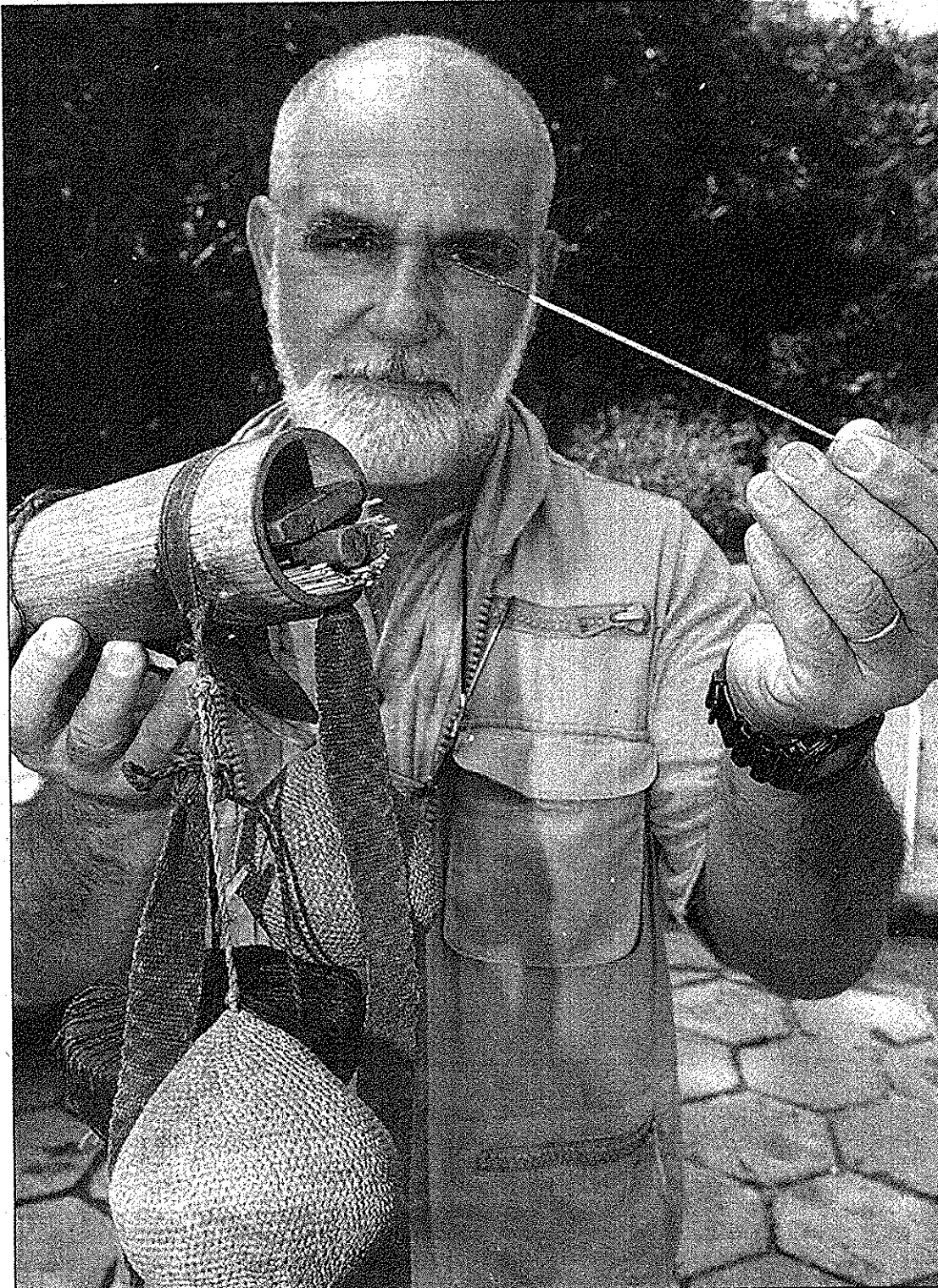
Cientistas estrangeiros não têm maiores dificuldades de entrar na floresta amazônica e travar contato com indígenas. Mediante pequenas quantias de dinheiro ou usando a pesquisa acadêmica como desculpa, eles têm acesso às matérias-primas que, posteriormente, transformam em medicamentos. O curare, por exemplo, é retirado do país em flechas indígenas que supostamente seriam ornamentais.

— Os laboratórios internacionais economizam muito ao tomar o conhecimento indígena como ponto de partida para as pesquisas, em vez de estudar toda a biodiversidade. O Brasil perde bilhões de dólares com isso — diz o professor de farmacologia da Universidade Federal do Amazonas, Frederico Arruda. — Mas, antes de querer patentear, deveríamos fazer um vasto inventário da farmacopéia indígena e registrá-lo em cartório.

Segundo o presidente do INPI, José Graça Aranha, a expectativa é que em cerca de dois anos entre em vigor um tratado internacional que obrigue qualquer pesquisador a reconhecer a origem de um medicamento patenteado que tenha sido descoberto com os conhecimentos de uma comunidade indígena e a dividir os lucros de sua comercialização com este grupo.

— Nosso interesse é que as empresas continuem investindo em pesquisa no Brasil. Mas não podemos deixar que os conhecimentos indígenas sejam usados sem contrapartida — disse Graça Aranha.

No Brasil, a única iniciativa pela proteção aos direitos de propriedade sobre a biodiversidade do país está numa medida provisória de junho de 2001. Mas ela não prevê punição para os laboratórios estrangeiros que fazem pesquisa no país e não seguem regras. ■



FREDERICO ARRUDA: o curare sai do país na ponta de flechas levadas como se fossem souvenirs

PLANTAS BRASILEIRAS PATENTEADAS NO EXTERIOR

Substância	Aplicação	País de origem	Dono da patente
Captopril (substância do veneno da cobra jararaca)	Medicamento para controlar pressão arterial	Brasil	EUA (Squibb)
Rupununina (tirada da noz da árvore <i>Ocotea rodiei</i>)	Usada tradicionalmente como anticoncepcional	Brasil	Inglaterra (Conrad Gorinsky, da Fundação para a Etnobiologia Oxford)
Curare (extrato vegetal)	Usado pelos índios como veneno em flechas e pelos laboratórios como relaxante muscular	Brasil	EUA (Wellcome, Abbot e Eli Lilly)
Ayahuasca (substância de cipó com propriedades alucinógenas)	Usado tradicionalmente nos rituais da seita do Santo Daime	Países amazônicos	EUA (Loren Miller, da International Plant Medicine)
Extrato da espinheira santa	Medicamento contra gastrite	Brasil	Japão (Nippon Mektron Japan)

Krahôs se associam à universidade

• As tribos indígenas brasileiras constituem uma das maiores fontes de matéria-prima para fins medicinais. Levantamento realizado durante dois anos pela bióloga Eliana Rodrigues, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em três aldeias da reserva da Kraolândia, em Tocantins, identificou 164 espécies vegetais usadas com fins medicinais pelos índios krahô.

Desse total, 138 parecem ter algum tipo de atuação sobre o sistema nervoso central — área de interesse da pesquisa, financiada pela Fapesp. As perspectivas de se encontrar uma nova droga são grandes, uma vez que a imensa maioria das plantas nunca foi analisada por critérios científicos.

Apenas 11 das 138 espécies foram alvos de estudos farmacológicos e fitoquímicos.

Para identificar todas as plantas e seus usos, Eliana estudou as receitas de sete xamãs — curandeiros encarregados de cuidar dos doentes e de promover rituais de cura — das três aldeias da Kraolândia. Com as 138 espécies, os índios preparam 298 receitas.

Aparentemente, as plantas servem para curar patologias ou promover alterações comportamentais, sendo que algumas são consideradas alucinógenas.

— Temos material de pesquisa para mais de 20 anos — afirmou o diretor do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas da Unifesp, Elisaldo Carlini, coordenador do levantamento.

O nome científico das plantas e o uso terapêutico de cada uma delas são mantidos em sigilo para evitar que sejam aproveitados indevidamente por laboratórios. Acordo firmado entre os índios e a universidade prevê que eles recebam parte dos lucros se alguma planta for transformada em remédio e vier a ser comercializada. (Roberta Jansen)